

ATA NÚMERO 169/XIII (4.ª)

A 10 de abril de 2019, pelas 11:00 horas, reuniu a Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, na Sala 4 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

Parte I

Audição dos peticionários da [petição n.º 510XIII \(3.ª\)](#) - Sobre a operação da Altice de aquisição do Grupo Media Capital e seus efeitos

Parte II

1. Informações
2. Apreciação e votação da ata da reunião de 2 de abril de 2019
3. Apreciação e votação da ata da visita de trabalho da Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto à Cinemateca Portuguesa
4. Apreciação e votação do requerimento do Grupo Parlamentar do PSD para a audição da Ministra da Cultura e do Conselho de Administração da RTP, com vista ao esclarecimento dos aspetos relacionados com a situação de continuado agravamento da prestação de serviço público de rádio
5. Outros assuntos

Parte I

Audição dos peticionários da [petição n.º 510XIII \(3.ª\)](#) - Sobre a operação da Altice de aquisição do Grupo Media Capital e seus efeitos

O Senhor Presidente da Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto em exercício, Deputado Luís Monteiro deu as boas-vindas ao representante dos peticionários da petição n.º 510XIII (3.ª) - Sobre a operação da Altice de aquisição do Grupo Media Capital e seus efeitos, Fernando Correia, explicou a metodologia dos trabalhos e a grelha de tempos a utilizar, dando de seguida a palavra ao representante dos peticionários para fazer uma intervenção inicial.

O representante dos peticionários da petição n.º 510XIII (3.ª) - Sobre a operação da Altice de aquisição do Grupo Media Capital e seus efeitos, referiu que a decisão da Autoridade da Concorrência resolveu a situação que se tinha levantado com a possibilidade da compra da Media Capital pela Altice. De qualquer maneira, no entendimento dos peticionários, o problema pontual está ultrapassado, mas a questão de fundo mantém-se, ou seja, o que está ali em causa é o artigo 38.º da [Constituição da República Portuguesa](#) (CRP) e também os artigos 37.º, 39.º da CRP, etc, que mereciam desde há muito uma análise pormenorizada e debate sobre o seu real cumprimento na letra e no espírito.

Portanto, a petição da Altice valeu a pena pela sensibilização que proporcionou em relação a milhares de pessoas, foi um ato cívico que valeu a pena porque motivou as pessoas para aquela questão. No entanto, tudo continuou em aberto, apesar da compra da Media Capital por parte da Altice já não estar em causa, há declarações recentes de outros grupos económicos interessados, que na opinião dos peticionários cabem no âmbito do conteúdo da petição.

Mencionou que há pelo menos o caso da Cofina, mas também surgiram notícias, que não podem confirmar se correspondem ou não à verdade, de que o Grupo Observador estaria interessado na compra da Media Capital.

Disse que qualquer das hipóteses repõe a questão que se colocava inicialmente com a compra da Media Capital pela Altice, por exemplo, na eventualidade da Cofina comprar a Media Capital criaria um novo grupo económico com sete canais televisivos. Assim, com a concretização daquele negócio agudizar-se-ia ainda mais a contradição já existente entre, por um lado, a massificação dos *media* e a sua renovada importância informativa, cultural, educativa, cívica e, por outro lado,

a sua apropriação privada ao serviço apenas dos interesses daqueles grupos económicos cujo perfil é conhecido.

Salientou que aquele reduzido grupo de grupos económicos dominantes nos *media* visam acima de tudo o lucro. Disse que é necessária a complementaridade entre informação, divertimento e formação, complementaridade cada vez mais importante naquela época de *fake news*, desinformação e manipulação. Atualmente mais do que nunca se colocam aqueles problemas de uma informação que esteja de acordo com os preceitos constitucionais.

O Senhor Deputado Joel Sá (PSD) referiu que embora seja um tema que já está resolvido por natureza, pois o negócio da compra da Media Capital não se concretizou, o Grupo Parlamentar do PSD regista as preocupações que ali lhes trouxe de possíveis negócios futuros, relativamente aos quais estarão atentos, mas ainda não se podem pronunciar porque ainda são possíveis negócios.

O Grupo Parlamentar do PSD espera que todos os organismos do Estado que têm que se pronunciar sobre aquela matéria como aconteceu relativamente ao negócio da Altice, que em devido tempo se isso se concretizar que tomem as devidas posições, que assegurem aquilo que é a liberdade de expressão, de opinião e a não concentração excessiva dos órgãos de comunicação social. Referiu que não tem questões porque o assunto já está resolvido com a não concretização do negócio e a petição era muito concreta travar o negócio da Altice na compra da Media Capital.

O Senhor Deputado José Magalhães (PS) mencionou que a petição surtiu o efeito pretendido, mas a forma como as coisas aconteceram merece reflexão porque o cenário em que vivem no mundo dos grupos económicos que sustentam os órgãos de comunicação social é uma situação instável e em certo sentido perigosa.

Transmitiu que no passado fim-de-semana, no Centro Cultural de Belém houve um debate muito interessante sobre o futuro do jornalismo e foi clara e vinda de vários quadrantes a preocupação com a destruição, o efeito disruptivo da revolução digital nos modelos de negócio até hoje existentes e a dificuldade de fazer vingar modelos de negócio distintos, sobretudo porque a

competição se faz entre entidades reguladas cujo regime jurídico está definido por leis da república, rádios, televisões, jornais e grandes plataformas internacionais, multinacionais que têm sede noutros países da União Europeia, mas estão imunes aos sistema fiscal e às entidades reguladoras.

A Senhora Diana Ferreira (PCP) disse que se a situação em concreto da Altice não se coloca e, na altura, o Grupo Parlamentar do PCP apresentou uma iniciativa legislativa para que se travasse a concretização daquele negócio, afirmar que o Estado não deve intervir é até contrariar a própria CRP, designadamente o seu artigo 38.º, n.º 4, que prevê a intervenção do Estado na questão do impedimento da concentração no setor da comunicação social.

Donde, o Grupo Parlamentar do PCP entende que havia ali uma questão política que tinha que ser salvaguardada, não estavam apenas a falar de negócios privados entre duas empresas, estavam a falar de um risco grande de conglomerado de poder que se não se concretizou no caso da Altice, mas pode vir a concretizar-se noutras situações.

Disse que essa é uma preocupação e um risco que não está de todo arredado e, por isso, falar daquele assunto é bastante pertinente porque mais cedo ou mais tarde irão muito provavelmente estar confrontados com uma nova situação daquela natureza e vai ser necessário haver tomadas de posição políticas que defendam a liberdade de imprensa e o pluralismo.

No final, o representante dos petionários referiu que estão de acordo que a petição mantém atualidade não no seu sentido literal, mas no sentido do que está por trás dela, isto é, no sentido da formação de conglomerados naquele setor. Disse que não se trata apenas de uma questão económica, nem sequer só jornalística, na verdade é uma questão cívica, de educação, de cultura porque todos estão cientes que atualmente a comunicação social não é apenas a divulgação de notícias, todos eles têm consciência de que quer não vejam televisão, não ouçam rádio, não vão à *internet*, estejam completamente alheios dos meios de comunicação social, estão permanentemente sujeitos à pressão do que vem da comunicação social.

A gravação áudio encontra-se disponível na [página internet da Comissão](#).

Parte II

1. Informações

1.1. O Senhor Presidente da Comissão informou que baixou à Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto o [Projeto de Resolução n.º 2073/XIII/4.ª \(PSD\)](#) - Recomenda ao Governo o fim do tratamento diferenciado dos trabalhadores da RTP – Madeira e a harmonização das tabelas salariais e das progressões dos referidos trabalhadores perante os outros centros da RTP, tendo o Grupo Parlamentar do PSD ficado de indicar posteriormente se pretendia a discussão em Comissão ou em Plenário.

1.2. O Senhor Presidente da Comissão deu conhecimento do pedido de audiência da Associação Internacional de Paremiologia que se dedica ao estudo científico dos provérbios em todo o mundo para a apresentação formal da associação e para sugerir a consagração do dia 7 de Novembro como o Dia Nacional do Provérbio. A Comissão decidiu que a audiência será agendada oportunamente.

1.3. O Senhor Presidente da Comissão disse que o Senhor Presidente da Entidade Reguladora para a Comunicação Social remeteu o Estudo da ERC sobre *Desinformação— Contexto Europeu e Nacional (Contributo da ERC para o debate na Assembleia da República)*, que foi distribuído aos Senhores Deputados.

1.4. Transmitiu que a Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto realiza, no próximo dia 15 de abril, das 10h00 às 18h30, na Sala do Senado na Assembleia da República, a Conferência Parlamentar subordinada ao tema «Informação e Desinformação na Era Digital».

2. Apreciação e votação da ata da reunião de 2 de abril de 2019

A ata da reunião da Comissão de 2 de abril de 2019 foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do Grupo Parlamentar do CDS-PP.

3. Apreciação e votação do relatório da visita de trabalho da Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto à Cinemateca Portuguesa.

O Grupo Parlamentar do PCP pediu o adiamento deste ponto.

4. Apreciação e votação do requerimento do Grupo Parlamentar do PSD para a audição da Ministra da Cultura e do Conselho de Administração da RTP, com vista ao esclarecimento dos aspetos relacionados com a situação de continuado agravamento da prestação de serviço público de rádio

O Senhor Deputado José Carlos Barros (PSD) apresentou o requerimento. De seguida, registou-se a intervenção do Senhor Deputado José Magalhães (PS). O requerimento submetido a votação foi aprovado por unanimidade pelos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

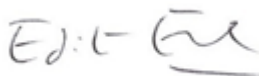
5. Outros assuntos

Não se registaram outros assuntos.

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada às 12:05, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 10 de abril de 2019

A PRESIDENTE DA COMISSÃO,



(EDITE ESTRELA)

Nota: A ata foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do Grupo Parlamentar do BE na reunião de 30 de abril de 2019

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Amadeu Soares Albergaria
António Cardoso
Carla Sousa
Cristina Jesus
Diana Ferreira
Hugo Carvalho
Ivan Gonçalves
João Pinho de Almeida
Joel Sá
José Carlos Barros
José Magalhães
Liliana Silva
Luís Monteiro
Maria Conceição Loureiro
Pedro do Ó Ramos
Susana Lamas
Ana Sofia Bettencourt
Leonel Costa
Margarida Mano

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Diogo Leão
Margarida Balseiro Lopes
Teresa Caeiro

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Edite Estrela
Helga Correia
Sara Madruga da Costa